



Estudos urbanos ou estudos da cidade? Notas sobre o Citadismo, ou Cidade-Centrismo

Autores:

Rodrigo Castriota - CEDEPLAR/UFMG - castriota@gmail.com

Bruno Siqueira - IGC/UFMG - brunoggsiqueira@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho reivindica a reintegração da não-cidade junto ao campo dos estudos urbanos no Brasil, em coro com as agendas contemporâneas que exploram a extensão da problemática urbana para além da cidade. Recentemente, Angelo e Wachsmuth atribuíram à obsessão teórica e metodológica com as cidades o nome de 'citadismo metodológico' (2015), finalmente nomeando o problema de uma prática teórica que pretende atingir o urbano, mas desde o início está fadada a perdê-lo, a partir de sua concepção cidade-cêntrica. Apresentamos aqui as agendas de pesquisa contemporâneas que apontam para a centralidade do caráter extensivo da urbanização, a crítica do citadismo metodológico e interrogamos o problema do citadismo não apenas do ponto de vista 'metodológico', mas também do ponto de vista do percebido, concebido e vivido. Questionamos até que ponto a presença e a marca colossal da cidade (enquanto objeto e plataforma da experiência humana) no mundo contemporâneo se encontram muito além da prática acadêmica e atingem os ambientes sensoriais percebidos de uma imensa e crescente quantidade de pessoas ao redor do mundo.

ESTUDOS URBANOS OU ESTUDOS DA CIDADE? NOTAS SOBRE O CITADISMO OU CIDADE-CENTRISMO

INTRODUÇÃO

Muitos trabalhos recentes no campo dos estudos urbanos globais retomam a hipótese de Henri Lefebvre (1970) da urbanização completa da sociedade. A sociedade urbana, horizonte que se apresenta como realidade virtual, sucede o processo de implosão-explosão da cidade industrial e dá origem a um período onde a problemática urbana se torna central. A *revolução urbana* – conjunto de transformações que a sociedade atravessaria até que a problemática urbana prevaleça sobre a lógica industrial – representaria um momento de superação dialética no qual a linguagem, signos e significados produzidos na e para a *cidade industrial* se mostrem insuficientes para a leitura da nova realidade. Nesse período, a diferença – no sentido lefebvriano – assume um papel central em direção à retomada da primazia do valor de uso sob o valor de troca. O urbano, para além de uma nova categoria epistemológica (BRENNER E SCHMID, 2015), torna-se um período que se anuncia no limiar do período industrial.

Essa realização tem como obstáculo a linguagem¹ e as lógicas produzidas a partir do período industrial e da experiência na cidade industrial que continuam, neste início de século, sendo utilizadas na descrição e compreensão do fenômeno urbano. Para Lefebvre (1999 [1970], p. 38), um ‘campo cego’ ofusca o urbano emergente e impede sua plena compreensão. Nesse contexto, seria necessária uma dupla superação, da lógica e da linguagem industrialistas, para a compreensão do fenômeno urbano em sua totalidade e para a emergência de um novo período marcado pelas questões da reprodução, pela diferença, pelo encontro e pela simultaneidade.

Mas o urbano e a urbanização excederam não apenas a indústria, mas a *cidade industrial*. Nesse contexto, seria necessária a percepção que a urbanização se estendeu para além das cidades e regiões metropolitanas (MONTE-MÓR, 2004), alcançando áreas anteriormente imaginadas (e, até certo ponto, vividas) como ‘rurais’. Daí a importância do engajamento com as questões urbanas e com o caráter urbano de regiões não citadinas e da constante interrogação do papel da cidade nas

¹ A dimensão linguística da obra de Lefebvre foi sumarizada em Schmid (2012). Para este autor, a ideia de linguagem é adotada por Lefebvre no sentido herdado de Nietzsche, isto é, de que as palavras são metáforas produzidas para lidar com o caos apresentado pela realidade vivida e que os conceitos são metonímias do uso das palavras para descrever coisas que não são iguais. Ver Monte-Mór (2006, 2007) para uma breve discussão do urbano e da urbanização extensiva como metonímia da realidade social contemporânea.

percepções, concepções e vivências dos indivíduos, cada vez mais concentrados e aglomerados em grandes centros urbanos (IBAÑEZ E KATSIKIS, 2014; UN HABITAT, 2007).

Enquanto conceito, a cidade sofre diferentes mutações e instrumentalizações no capitalismo contemporâneo. Ela é celebrada e renegada por instituições públicas, órgãos internacionais, bancos, mídias impressas e digitais em momentos específicos, com funções específicas, ou seja, cumpre um papel ideológico e *media* ideologias. Recentemente, Hillary Angelo e David Wachsmuth (2015) atribuíram à obsessão teórica e metodológica com as cidades o nome de ‘cidadismo metodológico’, finalmente nomeando o problema de uma prática teórica que pretende atingir o urbano, mas desde o início está fadada a perde-lo, a partir de sua concepção cidade-cêntrica.

Tomamos como ponto de partida as agendas de pesquisa contemporâneas que apontam para a centralidade do caráter extensivo da urbanização (para além do crescimento ou da multiplicação de cidades), bem como a crítica do cidadismo metodológico para delinear, em um primeiro passo, algumas de suas especificidades no Brasil.

Na primeira seção, apresentamos esses trabalhos contemporâneos que, sem dúvidas, justificam a discussão proposta nesse trabalho. Tratamos dos conceitos-agendas de urbanização extensiva, urbanização planetária e suburbanismos globais. Neste ponto é preciso dizer que, apesar de aceitarmos grande parte da crítica pós-colonial, feminista e *queer* às agendas euroamericanas de Brenner, Schmid e Keil – ver Peake et al (2018) – enxergamos algo de fundamental nessas pesquisas: o afastamento da cidade em termos teóricos e geográficos para a produção da teoria urbana. Este procedimento é diametralmente oposto ao procedimento ‘tradicional’ (i.e. citadista) que busca a compreensão da realidade urbana – e, por consequência, produz teoria urbana – na e a partir da cidade.

Na seção seguinte, apresentamos a contribuição de Hillary Angelo e David Wachsmuth (2014) em seu texto *Urbanizing Urban Political Ecology: a critique of methodological cityism*, que apresenta o significado do conceito de ‘cidadismo metodológico’ (*methodological cityism*) entendido como a adoção da cidade como categoria analítica privilegiada, quase naturalizada, para se pensar o urbano, mesmo que este englobe, na perspectiva lefebvriana, ambas cidade e não-cidade. Pretendemos ampliar este conceito para argumentar que o *citadismo* não é apenas uma questão metodológica e não se restringe ao campo acadêmico, da produção de conhecimento e tampouco à esfera do ‘concebido’. Ao contrário, também se relaciona a processos importantes da prática espacial e da vida cotidiana.

Dessa forma, na última seção, procuramos interrogar a ideia de cidadismo em suas várias dimensões *possíveis*, tentando desvendar sua relação com as esferas do percebido, concebido e vivido através da elaboração de múltiplas questões ainda não discutidas. Essa primeira aproximação não busca uma definição rígida de um conceito, mas sim a possibilidade de elaborar questões acerca da condição urbana contemporânea e avaliar criticamente o conhecimento produzido no campo dos estudos urbanos.

IDENTIFICANDO O 'CIDADE-CENTRISMO': QUESTÕES URBANAS ALÉM DAS CIDADES E NOVAS AGENDAS NO CAMPO DE ESTUDOS URBANOS

O primeiro passo para a compreensão do *citadismo* como problema conceitual e metodológico consiste na avaliação crítica de agendas de pesquisa contemporâneas que não apenas identificam problemas dentro das abordagens cidade-cêntricas, mas também exploram empírica e teoricamente questões urbanas para além cidades. Exploramos aqui o trabalho de diversos pesquisadores, de diferentes lugares geo-políticos, que examinaram a urbanização e o urbano sob uma perspectiva *ex-cêntrica*. Três trabalhos são de particular importância: a 'urbanização extensiva' (MONTE-MÓR, 1988, 2004, 2015), a 'urbanização planetária' (BRENNER E SCHMID, 2013; 2015; BRENNER, 2014), e os 'suburbanismos globais' (KEIL, 2011, 2013; EKERS *et al*, 2015). Esta seção *não tem como objetivo* a apresentação integral dos conceitos e sua geo-história. Tentamos apenas estabelecer pontos de partida e pontes de diálogo com teorias contemporâneas e nos apoiar sob um arcabouço já existente para construir o problema do citadismo.

A primeira agenda a ser apresentada – tanto por motivação cronológica, quanto decolonialista – é a da urbanização extensiva, conceito desenvolvido nos anos 1980 pelo arquiteto e planejador brasileiro Roberto Monte-Mór (1988). A primeira conceitualização se baseou em trabalhos de campo na fronteira amazônica, sobretudo no território de Rondônia, mostrando a extensão de processos sócio-políticos *a partir da* extensão de infraestrutura urbana. A forma como uma materialidade anteriormente restrita às grandes cidades brasileiras alcançou a fronteira amazônica, particularmente no regime militar, levou Monte-Mór (1988, p. 03), a partir de Lefebvre, a descrever um processo de urbanização extensiva (*extended urbanization*) que ultrapassava os limites da cidade e incorporava tanto o 'núcleo urbano concentrado' quanto o 'tecido urbano estendido' e carregava consigo uma práxis sócio-política própria da centralidade urbana.

Posteriormente, Monte-Mór (2004) apresenta as raízes estruturais e políticas da urbanização extensiva através de uma reconstrução da geo-história brasileira partindo da perspectiva lefebvriana do processo de implosão-explosão da cidade industrial brasileira, São Paulo dos anos 1930. As políticas desenvolvimentistas (marcadamente as relacionadas aos setores de energia e de transporte) dos governos de Vargas e Kubitschek permitiram a extensão das *condições gerais de produção* às regiões brasileiras, que se acentua após a construção de Brasília e da integração territorial subsequente. Após o golpe militar de 1964, esse processo se intensifica com a tomada do poder e das instituições de planejamento para as forças armadas. O cenário de concentração demográfica e econômica nas grandes cidades que acompanha o país nas décadas seguintes e os volumosos investimentos em integração territorial, articulados aos capitais estrangeiros e nacionais, em territórios precarizados e com baixo grau de articulação regional leva a um processo de implosão-explosão das cidades industriais – no caso brasileiro, materializada na cidade de São Paulo (MONTE-MÓR, 2004).

A explosão das cidades leva a extensão de um tecido urbano-industrial até então restrito às cidades regionais e regiões metropolitanas, inicialmente, às circunvizinhanças das cidades industriais e, posteriormente, afeta territórios não-capitalistas, que se organizam a partir de outras cosmologias, modos de viver e de se relacionar com o território. Esses espaços são reconfigurados de acordo com os novos imperativos dos centros urbanos emergentes, pontos nodais da economia capitalista global. Essa extensão representava também uma nova rodada de colonização por parte dos grandes centros urbanos do sudeste do país (ver CASTRIOTA, 2016), de modo que várias das práticas pré-existentes nesses territórios foram desmanteladas ou passaram a se situar na órbita das atividades e circuitos que se espalhavam das cidades. Por outro lado, para além das condições gerais de produção e da colonização capitalista e sudestina, o que a extensão do tecido urbano permite é a extensão da “práxis urbana e o sentido de modernidade e cidadania” (MONTE-MÓR, 2006, p. 16). A urbanização extensiva engendra também uma discussão do possível através da repolitização do espaço que rebate na criação e consolidação de movimentos sindicais, partidários, políticos, indígenas, sociais, etc. a partir da década de 1970 – consolidados na década de 80.

O trabalho de Roberto Monte-Mór permite uma melhor compreensão do surgimento de novas reivindicações e de novos movimentos – marcadamente urbanos – e que se orientam para uma dinâmica de reorientação da produção do espaço sob uma perspectiva *ex-cêntrica*, ainda que o autor não tenha tratado da questão do cidade-centrismo nesses termos. De todo modo, o conceito pode orientar e jogar luz sobre processos envolvendo sociedade e natureza – e o urbano (síntese) como nível da totalidade social e mediação –, desenvolvimento econômico, populações tradicionais e, com sua inserção no debate internacional contemporâneo, teoria pós-colonial e decolonialista.²

A segunda agenda é apresentada por Roger Keil (2011, 2013). O fio condutor dessa discussão situa-se na compreensão de que o processo de urbanização global dominante no século XXI não se apresenta sobre a forma da cidade, mas antes por processos de suburbanização. O conceito de suburbanização é entendido como a “combinação de crescimento populacional e econômico não-central e extensão espacial urbana” (EKERS et al, 2015, p. 22, tradução nossa). Esse conceito reconfigura a própria compreensão convencional de processos ditos urbanos, isto é, “grande parte, senão a maioria, do que hoje se considera urbanização é, na verdade, periférica” (KEIL, 2013, p. 09, tradução nossa). Isso significa dizer que para além da recriação das condições e modos de vida que prevalecem nas cidades, os processos de suburbanização levam a (re)configuração de condições e modos de vida suburbanos. Essas particularidades se traduzem em uma forma particular de vivência nesses territórios, engendrando uma nova práxis, não necessariamente aquela à imagem e semelhança da práxis cidadista.

Keil (2003, p. 729, tradução nossa) já havia mostrado a importância do desafio colocado por Lefebvre de “criar uma ciência urbana para um mundo urbano”. No entanto, o autor vai além ao mostrar que o sentido de sua pesquisa se orienta para uma contextualização

² Para uma discussão da inserção da teoria monte-moriana da urbanização extensiva no debate acadêmico internacional, ver Castriota e Tonucci (2018). Para uma síntese de algumas das implicações da urbanização extensiva para os estudos regionais e urbanos, ver Monte-Mór e Castriota (2018). E para uma discussão ampla e contemporânea deste conceito para o debate acerca do desenvolvimento e da sustentabilidade, ver Monte-Mór (2015).

do processo contínuo de suburbanização em curso na escala mundial dentro de uma teoria urbana – isto é, trata-se de uma proposição de compreensão da dita revolução urbana sob sua faceta contemporânea da suburbanização. Essa agenda contribui na desconstrução da centralidade da cidade enquanto categoria ontológica da existência urbana. Isto é, a existência de determinados indivíduos e de suas práticas sociais se fundam em uma outra base ontológica, a saber aquela construída por processos de não centrais. Essa perspectiva permite entender os processos de substituição dos subúrbios tradicionais por estruturas metropolitanas que apresentam diversas formas de relação com a natureza, mas pode também ser aplicada analiticamente a territórios mais distantes de regiões metropolitanas.

A última e mais influente das narrativas ex-cêntricas é a da urbanização planetária, cuja hipótese fundamental é de que a urbanização (e não o urbano) como processo atingiu uma escala planetária – o que não significa dizer, como querem muitos dos críticos dessa literatura, que existe *um* processo planetário de urbanização (ver PEAKE et al, 2018). Existem dois elementos fundamentais decorrentes da planetarização do urbano (CASTRIOTA e TONUCCI, 2018). O primeiro é a impossibilidade de fuga do urbano e da urbanização, ou seja, a cada dia a urbanização capitalista se torna um processo mais ubíquo, de modo que não existem territórios de escape completo da realidade urbano-industrial – ainda que exista uma fuga *relacional* dessa realidade, algo próximo do que entendemos por ‘roça’ (MONTE-MÓR e CASTRIOTA, 2018).

O segundo se refere à esfera teórica, da produção de conhecimento, que adere cada vez mais à extensão efetiva de territórios de urbanização e se traduz em um urbano ‘sem um lado de fora’ (BRENNER, 2014). Dito de outra forma, consiste na produção de uma perspectiva ex-cêntrica, partindo de uma revisão dos conceitos e das representações do urbano precisamente porque os estudos urbanos têm estabelecido uma falsa identidade entre cidade e urbano, privilegiando a cidade enquanto objeto de análise e de realidade. Para isso, foi necessário apresentar a condição da cidade como ideologia (WACHSMUTH, 2014), a crítica ao conhecimento produzido exclusivamente a partir dela e sobre ela – i.e. ‘citadismo metodológico’ (ANGELO e WACHSMUTH, 2014) e uma crítica ao discurso da ‘era urbana’ (BRENNER e SCHMID, 2013), buscando ressaltar a clara distinção feita em Lefebvre entre o urbano e a cidade, rumo a uma nova epistemologia do urbano (BRENNER e SCHMID, 2015).

Para Neil Brenner e Christian Schmid, o processo de urbanização compreende, portanto, o momento em que as relações capitalistas se estendem a todo o planeta, mesmo que em graus diferentes e maneiras distintas de manifestação territorial. Para esses autores, a urbanização extensiva – ao contrário da conceitualização monte-moriana – consiste em um processo de “operacionalização de lugares” longe das grandes cidades e grandes centros urbanos para garantir o funcionamento das “atividades cotidianas e dinâmicas socioeconômicas da vida urbana” (BRENNER e SCHMID, 2015, p. 167, tradução nossa). Esse processo de operacionalização – que, no limite, cria paisagens totalmente operacionalizadas – é resultado de demandas específicas para o funcionamento do urbano e seus imperativos sócio-metabólicos (água, comida, matéria prima, etc.). A partir do cerceamento do comum – formas de se organizar, produzir e intercambiar que não partem de uma lógica do privado – uma nova dinâmica de enclausuras dá lugar ao espessamento e extensão do tecido urbano em nível planetário.

Essas três agendas de pesquisa apresentam uma perspectiva ex-cêntrica dos estudos urbanos, isto é, permitem a compreensão de processos que se estendem e se articulam para além da cidade – como categoria de análise e espaço de vida. A ideia de urbanização extensiva é sem dúvidas, o fio condutor que as reúne, permitindo uma compreensão de que a problemática urbana, como já preconizada por Lefebvre (1999 [1970]), alcançou todo o território e, portanto, não devemos partir da cidade como sua identidade.

Diante das três narrativas apresentadas, outras questões emergem. Apresentamos três questões preliminares que, nessa primeira aproximação, nos parecem fundamentais. Em primeiro lugar, se a produção do conhecimento (dentro do campo dos estudos urbanos) se encontra centralizada na cidade (tanto como objeto de estudo, quanto como lugar a partir do e sobre o qual as teorias são produzidas), como podemos esperar que as linguagens construídas nesse objeto ideológico deem conta da totalidade da problemática urbana que supera a cidade em extensão territorial e conceitual? Em outras palavras, como pesquisadores e intelectuais *cidadistas* (formados nas cidades, realizando pesquisas sobre as cidades e teorizando o urbano e a urbanização a partir e para as mesmas) podem dar conta da realidade urbana?

Ampliando a primeira questão chegamos na segunda: se a produção do conhecimento hegemônico (dentro e fora do campo dos estudos urbanos – e.g. engenheiros, decoradores, médicos, biólogos, psicólogos, economistas, arquitetos) se encontra centralizada na cidade e é fortemente informada por práticas e espaços citadinos, como podemos esperar que tal linguagem dê conta das práticas e questões quotidianas de tudo aquilo que está fora da cidade?

Por fim, se o nosso ambiente sensorial percebido é cada vez mais marcado pelas grandes aglomerações, qual é o papel desse espaço nas nossas compreensões de relações mais abstratas e globais? Dito de forma mais simples, de que forma a nossa experiência em espaços seletos e cada vez mais citadistas nos informa sobre o que é o capitalismo, o capital, o estado, o colonialismo, o racismo, o patriarcado, a homofobia, a xenofobia, etc.? E ainda, como os *cidadistas* podem conceber (teorizar, criar representações) alternativas políticas e sociais, apenas com os elementos cidade-cêntricos?

Mais do que atestar o caráter planetário da urbanização (ou da sub-urbanização), é necessário compreender os contextos e práticas espaciais circunscritas em diferentes territórios, bem como os diferentes modos de apropriação do tecido urbano (CASTRIOTA, 2016). Esse entendimento demanda uma investigação da natureza sensorial da experiência no espaço urbano e de que maneira este último faz a mediação entre o nível da vida cotidiana e as relações mais gerais e abstratas do Estado e do capital.

CITADISMO METODOLÓGICO³

³ Nesta seção buscamos uma síntese da exposição de Angelo e Wachsmuth (2014), que construíram a crítica do citadismo metodológico a partir do campo da ecologia política da urbanização. Em função da grande quantidade de menções ao texto original que esta seção requer, doravante utilizaremos apenas o número da página do artigo entre parênteses para citá-lo.

A expansão acelerada do processo de urbanização e, paralelamente, o aumento das preocupações relacionadas às mudanças climáticas levaram, mais recentemente, alguns organismos internacionais a reconhecerem o papel das *idades verdes* ou das *idades sustentáveis* (UN HABITAT, 2006; UNFPA, 2007; UN HABITAT, 2011). A extensão do urbano à escala planetária e a replicação de padrões espaciais relacionados a ideia de cidade fazem com que a (re)adequação destas a uma orientação mais sustentável seja vista como uma possível esperança para atual crise ecológica.

As preocupações advindas das transformações geradas pelo duplo processo de urbanização-industrialização recriaram noções e representações da natureza de forma a direcionar imaginários rumo a um suposto retorno ao 'natural' e à 'natureza'. No entanto, em um mundo em que o processo de urbanização alcança a escala planetária (Brenner e Schmid, 2015), para onde exatamente deveríamos fugir? É nesse sentido que, mais do que apenas produzir representações e espaços de fuga dos impactos ambientais e ecológicos, burocratas governamentais, imprensa e *policymakers* internacionais passaram a se voltar para a reconfiguração das cidades sob um novo paradigma ecológico (p. 17).

A Ecologia Política é o campo de estudos que lida com grande parte dessa problemática. De maneira sintética, ela apresenta uma combinação entre o estudo da crise ecológica mundial e os processos que envolvem o uso e a alocação dos recursos naturais pela sociedade como um todo. Não é estranho pensar que as preocupações relacionadas à dinâmica da sociedade e do uso do solo e dos recursos naturais sejam relacionadas às problemáticas urbanas propriamente ditas. Mas o que de fato se apresenta é uma extrema resistência com relação a incorporação da cidade como possibilidade – uma vez que o objetivo principal é a preservação e o refreamento da degradação humana na terra, a cidade, vista como o momento mais acabado do domínio da sociedade sobre a natureza, se apresenta como antítese do próprio projeto ecológico (p. 18).

Apesar dessa distância inicial, em seu processo de transformação, a ecologia política passou a incorporar uma série de novas concepções sobre a natureza – e novas reflexões sobre o que deveria ser o seu próprio escopo. Uma série de autores, influenciados por uma corrente pós-estruturalista, passam a propor um entendimento da natureza como um processo social construído e em constante (re)construção (p. 18). Mais que apenas uma visão rígida e ocidental do que significa a natureza, o campo deveria se preocupar com as formas culturais e sociais apresentadas por determinadas sociedade para mediar a sua relação histórica, social e biológica com a natureza (ver ESCOBAR, 1999).

É nesse momento que Swyngedouw (1996) apresenta a proposta de se pensar uma Ecologia Política da Urbanização (EPU). Os argumentos apresentados pelo autor inicialmente se relacionavam a duas novas percepções: a primeira, de que sociedade e natureza deveriam ser entendidas através de uma nova compreensão que as tratasse como híbridos nas etapas de produção do espaço material e do discurso social; e, a segunda, relacionada a uma necessidade de encontrar espaço para a discussão ecológica dentro do campo dos estudos urbanos. A partir da nova proposta de Swyngedouw, a *cidade* passa a ser entendida como um

processo político-ecológico, isto é, uma materialidade/discursividade relacionada a uma construção *sócionatural* (p. 18).

Concomitantemente, Roger Keil (2003) argumentou que o novo campo em construção apresentava as condições necessárias para incorporar as implicações e desafios da hipótese lefebvriana da *urbanização completa da sociedade* – ou da *sociedade urbana*. Para Keil, o campo em surgimento deveria responder ao desafio apresentado por Lefebvre, isto é, o de construir uma ciência urbana para um mundo urbano (p. 18).

A incorporação dessas intervenções fundadoras do campo da EPU foi muito bem sucedida no sentido de repensar a urbanização enquanto processo de reconfiguração da natureza (p. 20). O novo entendimento que se construiu permitiu compreender a cidade e as mudanças envolvendo a natureza frente à expansão da dinâmica urbana como sendo ligadas a processos mais amplos de desenvolvimento e de imperativos sócio-metabólicos da sociedade contemporânea (p. 19). Esse momento de *maior clareza ontológica* sobre o que é a natureza sócio-natural do urbano permitiu avanços tanto no campo teórico quanto no campo político. A cidade, ao contrário da compreensão então vigente, não se apresentaria necessariamente como uma antítese às propostas ecológicas; não seria a natureza da cidade que deveria ser alterada, mas a própria natureza da sociedade e dos imperativos que está coloca sobre o ambiente sócionatural (p. 19).

Do ponto de vista político, a associação do urbano com a temática ecológica permitiu aos movimentos sociais e aos grupos ativistas uma linguagem mais clara sobre suas lutas. A possibilidade de se reivindicar novas problemáticas sociais relacionadas, por exemplo, à injustiça ambiental e à poluição permitiu compreender o urbano, e as próprias preocupações do campo ecológico, como sendo problemas relacionados a questões históricas, sociais e econômicas – permitindo a inserção dessas lutas em contextos mais amplos (p. 19).

Entretanto, como argumentam Angelo e Wachsmuth, o campo da EPU não conseguiu incorporar a noção lefebvriana de urbanização completa da sociedade. A ideia de apresentar a sociedade urbana como lócus da problemática urbana e ecológica – e não apenas a *cidade* e sua manifestação espacial – não foi de fato levada a frente pela EPU. Além disso, os autores do campo não lograram êxito na construção de um conceito específico de urbanização ou um programa de pesquisa próprio que reconhecesse a não redutibilidade do urbano à cidade (p. 20). Persistiu a confusão entre os conceitos de cidade e urbano; da urbanização, enquanto processo, e do urbano, enquanto fenômeno; além da falsa identidade entre cidade e urbano.

De um modo geral, o campo da Ecologia Política, mesmo após as contribuições mais recentes, continuou excluindo a cidade da consideração de alternativas e de novas compreensões para o problema ecológico; bem como o campo da Ecologia Política da Urbanização se manteve exclusivamente ligado à definição do urbano como a cidade – “tanto na seleção do local [dos estudos] quanto do quadro analítico” (p. 20, tradução nossa). Os autores (p. 20) utilizam o termo *cidadismo*⁴ *metodológico* para se referir ao “(...) privilégio

⁴ Alguns autores já haviam construído interpretações que buscavam relacionar determinadas metodologias de pesquisa e do fazer científico/acadêmico com posições epistemológicas ligadas à diferentes dimensões (localismo, nacionalismo e outras

analítico, um isolamento ou até mesmo a naturalização da cidade nos estudos dos processos de urbanização onde a *não-cidade* também pode ser significativa”.

Dizer que existe um privilégio epistemológico e analítico sobre as cidades na compreensão do processo de urbanização não é o mesmo que dizer que existe uma negação ontológica dos aspectos não-citadinos nesse processo. No entanto, na medida em que as enunciações teóricas e analíticas sobre o processo de urbanização sistematicamente renegam esses aspectos em favor dos aspectos ditos citadinos, a tarefa lefebvriana da construção de uma ciência urbana para uma sociedade urbana permanece inconclusa.

Além disso, a manutenção de pesquisas que tendem a identificar o urbano com as características espaciais e fenomenológicas das cidades fazem com que os estudos priorizem os aspectos materiais dessas localidades. Esse é o caso das pesquisas sobre os sistemas de esgoto, dos problemas de mobilidade urbana, das disparidades e hierarquias regionais entre bairros e recortes espaciais intra-cidade, entre outro. Enquanto isso, os estudos com um entendimento propriamente urbano dos processos que se dão nos locais não-citadinos permanecem suprimidos (p. 24).

A tarefa que se apresenta para o campo da EPU diante da planetarização do processo de urbanização não se restringe às relações cidade-natureza, ou entre os elementos materiais que se apresentam na cidade e na não-cidade. A incorporação da hipótese lefebvriana levaria à necessidade de compreender de que maneira o mesmo processo – o da urbanização extensiva/planetária – leva a construção e dinamização de diferentes espaços marcados por diferentes elementos (citadinos e não-citadinos). Em outras palavras, buscar compreender em que medida a urbanização permitiu a construção (e operacionalização) de espaços agrários, rurais, suburbanos, entre outros, simultaneamente aos ambientes construídos reconhecidos e representados pelas lentes da cidade.

Salientamos, finalmente, um aspecto do citadismo metodológico não colocado por Angelo e Wachsmuth (2014). Não se trata apenas da escolha do objeto de estudo, mas também do lócus de enunciação, ou seja, se refere tanto a ‘falar sobre a cidade’, quanto a falar ‘a partir da cidade’. Com isso queremos dizer que um campo de estudos não-citadista também deve incluir a voz de pesquisadores não-citadistas – o que acaba por gerar outro problema, visto que a grande maioria das universidades e centros de pesquisa estão geograficamente localizados nas grandes cidades. Tomemos como ilustração as publicações da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR).

Tabela 1. Artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR), 2000-2017, por local da produção.

| Colocação | Afiliação do(a) Autor(a) | Número de Publicações | % do total | % acumulada |
|-----------|--------------------------|-----------------------|------------|-------------|
|-----------|--------------------------|-----------------------|------------|-------------|

formas escalares de mediação) – para um maior aprofundamento nessa discussão, ver Agnew, 1994; Wimmer e Glick Schiller, 2002; Brenner, 2009.

| | | | | |
|-----|----------------|-----|------|------|
| 1º | São Paulo | 67 | 20,4 | 20,4 |
| 2º | Rio de Janeiro | 67 | 20,4 | 40,9 |
| 3º | Belo Horizonte | 34 | 10,4 | 51,2 |
| 4º | Campinas | 20 | 6,1 | 57,3 |
| 5º | Recife | 20 | 6,1 | 63,4 |
| 6º | Niterói | 18 | 5,5 | 68,9 |
| 7º | Brasília | 15 | 4,6 | 73,5 |
| 8º | Porto Alegre | 12 | 3,7 | 77,1 |
| 9º | Salvador | 12 | 3,7 | 80,8 |
| 10º | Florianópolis | 9 | 2,7 | 83,5 |
| | Outras | 54 | 16,5 | 100 |
| | Total | 328 | 100 | 100 |

A Tabela 1 mostra que mais da metade dos 328 artigos publicados no período foram produzidos por autores localizados nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte – sendo que dois terços do total de publicações provém da região sudeste. Mais de 80% dos artigos no período se concentram em 10 grandes cidades brasileiras. Os dados nos ajudam a identificar a concentração da produção acadêmica do campo dos estudos urbanos e regionais.

A distribuição da produção acadêmica no país segue o padrão distributivo das verba e de investimentos em pesquisa e desenvolvimento – e da própria localização geográfica das universidades federais. Historicamente as universidades estiveram concentradas na região Sudeste e, quando em outras localidades, nas capitais dos estados. As tentativas de descentralização a partir de 2007 – quando o Governo Federal lança o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) – parecem agora estar ameaçadas, diante da ascensão de posicionamentos favoráveis à cobrança de mensalidades nas instituições públicas, de perda da estabilidade dos quadros técnicos do magistério superior e sinalizações de corte de verba para pesquisas e bolsas de estudo. Antes do programa, o Brasil apresentava um total de 45 universidades federais com campus espalhados em 114 municipalidades. Já em 2012, com grande parte da proposta do programa consolidada, o número de universidades aumenta para 59, atendendo cerca de 274 municipalidades (MEC, 2012).

O conceito proposto por Angelo e Wachsmuth se torna importante para pensar em que medida a escolha da cidade como objeto de estudo pode influenciar ou até mesmo *naturalizar* determinado posicionamento epistemológico. Concordamos com os autores que ‘urbanizar’ o campo da EPU e dos estudos urbanos de um modo geral, significa compreender a urbanização e reformulá-la para além de sua dimensão cidade-centrista. Mais ainda, entendemos que, assim como a atividade acadêmica historicamente reproduz as relações de opressão e a disparidade de poder entre indivíduos – privilegiando, por exemplo, a narrativa dos homens, dos brancos, dos europeus, para citar algumas (ver Grosfoguel, 2008) – e tende assim a privilegiar e naturalizar determinados enunciados e enunciadores, chamamos a atenção para um fenômeno *geográfico* similar, desta vez concernente à predominância da cidade. Em outras palavras, na medida em que pesquisadores produzem e definem categorias e compreensões do urbano, da urbanização e da produção do espaço de um modo geral *a partir da cidade*, e relegam processos urbanos fora da cidade, nos deparamos novamente com

um viés teórico e metodológico também associado a uma relação histórica (e geográfica) de poder e opressão.

CITADISMO: PARA ALÉM DO ‘METODOLÓGICO’?

Partimos de nossa contribuição para a crítica do citadismo metodológico: falar a partir da cidade é tão constitutivo do vício cidade-centrista quanto falar sobre e para a cidade. Sob essa perspectiva, podemos então ampliar o conceito de citadismo para além de seu caráter metodológico, uma vez que, caso a cidade constitua de fato um lugar de fala específico, então será preciso admitir que não são apenas pesquisadores de determinados campos de estudo que estão sujeitos ao privilégio e naturalização desse *lócus* de enunciação. Em outras palavras, se trata de reconhecer que a presença esmagadora da cidade na realidade contemporânea atinge todo e qualquer cidadão do mundo – ainda que existam diferenças substantivas entre as cidades ao redor do mundo, bem como diferenças nos conceitos de cidade.

Nesta seção, portanto, lançamos diversas questões para um primeiro debate acerca do citadismo enquanto fenômeno global e crescente, dadas as tendências de concentração da população mundial em centros urbanos (IBAÑEZ E KATSIKIS, 2014; UN HABITAT, 2007). Se queremos argumentar, então, que a questão do citadismo excede o concebido, será preciso, então tratar também das esferas do vivido e do percebido, a partir da teoria da linguagem e da teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre.

CRITICA DO CITADISMO E LINGUAGEM

As compreensões que, de um modo geral, tendem a desconsiderar o lugar epistêmico da produção de uma teoria urbana e da própria produção do espaço ignoram dois problemas cruciais, já presentes na obra de Henri Lefebvre⁵: o problema da representação e o problema da linguagem. O primeiro está relacionado à formulação do conceito através dos juízos⁶. Para Lefebvre (1979, p. 149), ao começarmos o processo de conhecimento (formulação e enriquecimento de um conceito) apreendemos a realidade *a partir daquilo que já conhecemos*

⁵ Intelectuais pós-coloniais e decoloniais já assinalaram o problema do *lócus de enunciação* do sujeito que fala (e.g. GROSFUGUEL, 2008: 119). Nesse texto, entretanto, discutiremos essa questão a partir de Lefebvre por acreditarmos que uma certa coesão nas referências é importante nessa primeira exposição do tema. Outros trabalhos, publicados (CASTRIOTA, 2017) e em construção, exploram o tema do citadismo a partir dos estudos decoloniais e do contexto latino-americano.

⁶ Os juízos são parte do processo de conhecimento e dizem respeito à formulação, pela razão e pelo entendimento, de interpretações, causalidades e relações entre conceitos. Para uma contribuição mais robusta sobre a questão, ver LEFEBVRE (1979).

– isto é, “apreendo ao mesmo tempo o geral e o individual, um no outro e pelo outro”. Antes mesmo de determinar as especificidades daquele objeto concreto, digo que ele “é” algo a partir de impressões mais gerais – “e, ao fazer isso, tenho a *sensação* de apreender o objeto real, não uma abstração” (*ibid*, grifo nosso).

Após um primeiro momento de construção ou formulação de um conceito, o conceito já estabelecido seria anterior à realidade analisada. A emergência de um conceito (abstrato) a partir da objetividade (concreto) nos dá a posse apenas de ‘metáforas das coisas’ (NIETZSCHE, 2001, p. 11). Nesse sentido, o *formalismo lógico* (LEFEBVRE, 1979), essa cisão do movimento do conhecimento, estagnado na coagulação e cristalização do conceito no nível abstrato, metafórico, bem como sua funcionalidade teórica – característica do paradigma científico moderno – seria um problema da *linguagem*.

A teoria da linguagem de Henri Lefebvre aparece em uma tripla dimensão (SCHMID, 2012): a sintática ou sintagmática, a paradigmática e a simbólica. A primeira dimensão é a que busca compreender a estruturação da relação entre as coisas, às combinações e concatenações, suas relações de ordem e concordância. A segunda dimensão é marcada pela sua característica metafórica, isto é, sua capacidade de olhar para determinados signos e produzir metáforas que se relacionam e organizam esses signos. A terceira e última dimensão busca explorar a substancialidade do signo, “sua ambiguidade e complexidade que são integrais a linguagem viva e vivida” (*ibid*, p. 10).

A conexão dessas dimensões com a produção do espaço se dá pelo novo entendimento acerca do espaço por Henri Lefebvre – isto é, o espaço como uma “arquitetura de conceitos, formas e regras” (SCHMID, 2012, p. 09). O espaço, assim, seria composto por dimensões capazes de serem compreendidas pelas suas similaridades à organização da estrutura do *campo semântico* (LEFEBVRE, 2002, p. 276; 1991, p. 06). Nesse sentido, Lefebvre concebe três dimensões da produção do espaço: a prática espacial, a representação do espaço e os espaços de representação.

A *prática espacial* corresponde à dimensão sintagmática da linguagem, e diz respeito às relações quotidianas que são estabelecidas. A *representação do espaço* corresponde a dimensão paradigmática, isto é, nas formas de representar o espaço através de ‘metáforas’, representações, do real/vivido. Por fim, a dimensão simbólica da linguagem seria correspondente à dimensão dos *espaços de representação*, processos de significação que se dão sobre ou são invocados pela ordem material (SCHMID, 2012, p. 11-12).

No que diz respeito à *fenomenologia*, Schmid argumenta que existe uma forte influência da corrente francesa (representada por Heidegger e Bachelard) como momento importante da elaboração da teoria da produção do espaço. O espaço poderia ser compreendido a partir das experimentações, das vivências e dos sentidos atribuídos a ele, e é nesse sentido que Lefebvre apresenta outras três dimensões do espaço, também compatíveis com os esforços anteriores.

Sob uma perspectiva materialista da fenomenologia (SCHMID, 2012), Lefebvre apresenta outras três dimensões do espaço: o percebido, o concebido e o vivido. O espaço percebido apresenta correspondência com a experimentação da materialidade do espaço

através dos sentidos. Os próprios sentidos sensoriais operam como mediadores da percepção e concepção desse espaço. O espaço concebido é a maneira que se apreende o espaço após a percepção, isto é, como se junta os elementos para formar um todo cognoscível. E, por fim, o espaço vivido é de fato a experiência do viver no espaço, a maneira como este é experimentado em sua subjetividade-objetividade e que não é exaurível pela análise teórica (*ibid*, p. 14)⁷.

Podemos recuperar a metáfora do ‘campo cego’ (LEFEBVRE, 1999 [1970]) – extremamente importante no desvendamento do urbano como realidade emergente, mas ofuscado pela *cidade* industrial. Para Lefebvre (1999 [1970], p. 38) essa cegueira está fundamentada em um olhar, uma leitura, feita do *campo novo* (o urbano) “vendo-o, porém, com os olhos, com os conceitos, formados pela prática e teoria da industrialização”. Em outras palavras, isso significa que as nossas representações do espaço – maneiras de conceber as dimensões do percebido e lidar com o vivido – estão sendo informadas por um conjunto de práticas espaciais e espaços de representação que emergiram de uma outra fase (no caso desse exemplo, a *fase industrial*). No caso da cidade, estamos interessados na hipótese de que nossas percepções, concepções e vivências são, atualmente, majoritariamente formadas na cidade (enquanto categoria do vivido) e pela cidade (enquanto objeto concebido). Ou seja, a teoria da linguagem e a teoria da produção do espaço de Lefebvre nos permite interrogar os efeitos do domínio colossal da cidade não apenas como conceito (representação), mas também como lócus dominante da experiência humana contemporânea.

CIDADE, PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO

A identificação do problema do citadismo metodológico, apesar de sua importância, é circunscrito a um conjunto de pesquisadores que formam uma ‘comunidade científica’ (Kuhn, 1998). A crítica se restringe à escolha do objeto de estudo por parte pesquisador, deixando de lado as mais variadas formas pelas quais a cidade atua na subjetividade desses indivíduos enquanto categoria do pensamento e enquanto plataforma cotidiana da experiência humana. Argumentamos que o citadismo, na esfera da produção de conhecimento, tem origens e desdobramentos que transcendem a esfera única do concebido e passa, necessariamente, por suas relações com o vivido e o percebido.

Se considerarmos a cidade como *ambiente sensorial percebido* e assumirmos que, no mínimo, as percepções e vivências em determinados espaços influenciam concepções – alinhados à teoria da linguagem de Lefebvre – então poderemos, ainda de que forma extremamente preliminar, começar a identificar o problema do citadismo de uma forma mais ampla. Poderemos começar a interrogar o papel esmagador da cidade nas esferas do

⁷ Para uma discussão aprofundada sobre as três dimensões da teoria da linguagem e das três dimensões fenomenológicas em Henri Lefebvre, ver SCHMID (1999; 2012).

concebido, do percebido e do vivido e nas inter-relações entre esses três domínios de demarcações pouco claras, sem fronteiras nítidas e, portanto, frequentemente superpostos.

Admitimos a premissa de Goonewardena (2005): não é possível apreender o espaço urbano em sua totalidade; temos um hiato entre este e a nossa própria experiência. Se a realidade (assim como a sociedade) fosse transparente, acessível à consciência humana através da experiência, então não precisaríamos de representações (tampouco de ideologias). Admitimos também que nossas representações são criadas a partir de um *sensório* – este ambiente sensorial percebido – *urbano* que traduz parcialmente a estrutura do espaço urbano e das relações sociais nele inscritas e projetadas.

Analogamente, este hiato entre o espaço urbano e a consciência cotidiana que dele alcançamos encontra um paralelo com o hiato entre as estruturas globais do capitalismo e a experiência vivida. Em outras palavras, tanto a experiência estrutura nossa compreensão (e representação) do capitalismo, quanto nossa percepção (seletiva) do capitalismo estrutura nossa compreensão do espaço. Assim, se a experiência no espaço urbano é parcial, então a compreensão de processos sociais mais complexos também o é (WACHSMUTH, 2014). Dizemos então – também em uníssono com Henri Lefebvre (1999 [1970]), que o espaço urbano pode cumprir um papel de mediador entre um conjunto de relações sociais gerais e abstratas, e as condições reais de existência parcialmente experimentada pelos indivíduos.

Se capturarmos um indivíduo em um refúgio, estaremos sequestrando esse indivíduo em um sensório particular e, dessa maneira, o levaremos à construção de representações do imaginário espacial que o envolvem, impedindo-o de ver suas reais condições de existência. Seguindo Lefebvre, podemos também dizer que, enquanto a percepção de determinado espaço for impossível, sua concepção pelo mesmo indivíduo também será. Existe, portanto, “uma relação entre [a produção de] uma ideologia particular e [a produção de] um certo tipo de espaço urbano” (GOONEWARDENA, 2005, p. 50, tradução nossa).

Neste ponto colocamos nossa pergunta fundamental: quais são os efeitos de uma vida ‘confinada’ na cidade, cada vez mais ‘sequestrada’ em sensórios específicos? A partir da urbanização extensiva/planetária, assistimos à extensão das condições gerais de produção (produção material), de conhecimento e de significados da cidade a outros territórios. Se essa extensão se faz mediante uma *ideologia* e uma *linguagem* produzidas na e para a cidade, retomando os três momentos da produção do espaço (produção sócio-material, produção de conhecimento e produção de significados), viver na cidade também implica em leituras e construção de representações distorcidas em relação às verdadeiras condições de existência de espaços não citadinos.

O que acontece quando mais e mais pessoas se refugiam nesse mesmo sensório? O que acontece quando a cidade, enquanto plataforma da experiência humana, crescentemente informa camadas maiores da população mundial sobre relações sociais mais gerais, criando diferentes representações – do Estado, do capitalismo, da política, da natureza, da democracia? Em outras palavras, o que acontece quando um sensório urbano é cada vez mais citadista? Essas são as questões que motivaram a escrita desse trabalho, ainda que não tenhamos elementos suficientes para começar a discuti-las. Entendemos que o citadismo é

uma questão central para a compreensão da condição humana contemporânea e que sua enunciação, ainda que de maneira preliminar, é muito necessária.

Entretanto, para além de uma apresentação preliminar, queremos oferecer algumas ilustrações capazes de dar ao leitor uma imagem mais clara do que estamos chamando de cidadismo, chamando atenção para o caráter *político* intrínseco a essa crítica. Se concordamos que o papel político *na* cidade – evidenciada em diversos trabalhos como lócus privilegiado da atuação política (ver Monte-Mór, 2005) – então a questão seguinte é: pelo que a cidade luta? O objetivo dessas ilustrações é mostrar que, se as lutas políticas nacionais são, em certa medida, reféns da atuação cidadina, então será preciso superar o cidadismo e se irmanar às lutas políticas em espaços alheios à cidade – que, diga-se de passagem, provém o seu sustento.

Tomemos como exemplo da relação do cidadismo com o engajamento político dos movimentos sociais são as marchas organizadas a partir de 2016 em resposta a ascensão de Michel Temer à presidência por meio de um golpe institucional. Realizando um breve mapeamento⁸ das principais demandas de quatro grandes movimentos que ocuparam as ruas no pós-Golpe, chegamos à seguinte tabela:

Tabela 2. Principais manifestações políticas no pós-Golpe e suas principais reivindicações

| Quando? | Onde? | Por que? |
|-----------|--|---|
| 07/set/16 | Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Brasília, Goiânia, Campo Grande, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre. | Pro-democracia; Direitos Trabalhistas; liberdade para presos políticos; direito à comunicação; direito à cultura; soberania popular sobre a mineração; direito das pessoas negras; direito das mulheres; direitos indígenas; direitos LGBTQI+; direito da favela; punição do crime ambiental de Mariana e retorno de Dilma à presidência. |
| 11/out/16 | Salvador, São Luís, Natal, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Brasília. | Contra a reforma educacional; contra o congelamento de gastos em saúde e educação; direitos sociais e defesa das ocupações nas universidades. |

⁸ As informações apresentadas na tabela 2 foram coletadas a partir das redes sociais (Facebook, Twitter e Instagram) das entidades organizadoras dos eventos e das notícias e coberturas vinculadas pela Mídia Ninja.

| | | |
|-----------|---|---|
| 28/abr/17 | Fortaleza, Salvador, São Luís, Maceió, João Pessoa, Recife, Teresina, Aracaju, Campo Grande, Brasília, Goiânia, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Belém, Macapá, Natal, Boa Vista, Palmas. | Contra a PEC 241/55; contra a reforma trabalhista; contra a reforma da presidência; pro-Legislação Trabalhista; contra a terceirização e pelo direito trabalhista. |
| 07/set/17 | Fortaleza, Goiânia, São Paulo, Belo Horizonte, Florianópolis. | Contra a reforma trabalhista; contra a reforma da previdência; pro-habitação; pro-democracia; direitos sociais; causa LGBTQI+; anti-privatizações e direito à cidade. |

A maioria dos movimentos se posicionou contra o governo ilegítimo de Temer e suas tentativas de reformar a legislação trabalhista e a previdência social – principais ameaças que levaram às mobilizações, em primeira instância. Também é possível notar a abundância de questões relacionadas a garantia da reprodução social da/na cidade – além da demanda pelo próprio *direito à cidade*. Os indivíduos que ocuparam as ruas estavam majoritariamente preocupados com os efeitos da posse do novo presidente sobre os direitos à comunicação e à cultura, com a privatização de companhias públicas e com a nova lei da terceirização que poderia levar a uma ainda maior precarização do trabalho. Levando em conta, por exemplo, que muitas medidas e emendas que ameaçavam reservas ambientais e indígenas na Amazônia estavam sendo votadas no mesmo período, é curioso e ao mesmo tempo revelador o fato de não ser possível encontrar nenhuma menção ou reivindicação sobre o tema nas movimentações realizadas nas grandes cidades.

Poderíamos também chamar a atenção para a notável ausência de mobilização cidadina à retirada do Programa Mais Médicos por parte do governo cubano – em função das ameaças realizadas pelo presidente recém-eleito no Brasil.⁹ O programa havia sido implementado em 2013 a fim de levar médicos para localidades interioranas, onde oferta de atendimento médico é mais baixa. Desde o início do programa estima-se que mais de 15.000 médicos cubanos tenham vindo para o país. Estima-se que o programa de 100% da cobertura médica de Atenção Básica estava presente em cerca de 1100 municípios do país. Além disso, cerca de 48% das equipes de Atenção Básica atuantes em municípios de até 10.000 habitantes são provindas do programa.

Como lidar com os processos de organização e mobilização fora das cidades? Como criar articulações entre esses territórios e mobilizar a atenção e a atuação dentro das cidades

⁹ Após comentários recentes do presidente-eleito, cético em relação a qualidade do atendimento cubano, defendendo a expulsão dos médicos através do aumento de dificuldade da prova REVALIDA – destinada a revalidação dos diplomas de medicina expedidos no exterior – o governo cubano optou pela retirada imediata dos médicos em atuação no Brasil. Portal G1, 14 de nov, 2018.

para questões tão complexas? Serão necessárias caravanas e marchas para grandes centros urbanos sempre que houver ameaças de perdas de direitos, violência e opressão fora desses centros?

Enquanto o mundo volta sua atenção para as cidades (incluindo seus próprios habitantes), os territórios de urbanização extensiva tornam-se cada vez mais invisíveis e operacionalizados e as formas locais de resistência e lutas cotidianas – muitas vezes contra as forças esmagadoras do capital e do Estado – perdem ligação com a centralidade. No contexto brasileiro contemporâneo, manifestações, revoltas urbanas e reivindicações políticas – em grande parte assentadas nos centros de decisões que reúnem as sedes e edifícios do poder federal, estadual e municipal, grandes corporações e a imprensa – parecem privilegiar as demandas centrais. É uma tarefa coletiva visibilizar esses territórios e considerar sempre a articulação entre centralidade e tecido urbano estendido.

Essas são algumas, dentre as inúmeras manifestações contemporâneas do citadismo. Poderíamos discuti-lo, por exemplo, em termos de segurança alimentar (práticas agrícolas distantes dos sentidos dos cidadãos, e de cada vez mais cidadãos); de populações tradicionais e camponesas (grupos de índios e camponeses que frequentemente precisam marchar para as grandes cidades para lutar por seus direitos básicos ou ter algum tipo de visibilidade na imprensa citadista); em termos de sustentabilidade (práticas de produção e extração de commodities em larga escala, exportadas para o antigo ‘campo’, que atingem suas populações em demandas tão básicas quanto a água para beber).

A grande contradição desse processo, nos parece, é que os efeitos do citadismo ricocheteiam de volta na cidade, cuja sobrevivência imediata depende fundamentalmente de uma série de processos que sustentam seu metabolismo e, entretanto, estão além de seus limites. O citadismo, que garante a invisibilização e a inferiorização daquilo que está fora da cidade, acaba por exterminar a mesma biodiversidade que garantem a existência da cidade. É um processo que deve ser devidamente identificado, compreendido e criticado. Caso contrário, os manifestantes enfurecidos do centro de São Paulo podem acordar sem comida para o café da manhã, sem água para tomar banho e sem eletricidade para carregar seus telefones.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, insistimos na incorporação da não-cidade não apenas no escopo, mas nas prioridades e preocupações do campo dos estudos urbanos. Elaboramos esse argumento através da apresentação de agendas de pesquisa urbana fora das cidades, da apresentação do conceito de ‘*methodological cityism*’ de Angelo e Wachsmuth (2014) e da nossa expansão desse conceito para além de seus contornos metodológicos, ou mesmo acadêmicos. Enquanto espaço experimentado e vivido, é notável o crescimento dos grandes centros urbanos enquanto *ambiente sensorial percebido* de grande parte da população mundial, no sentido de que cada vez mais indivíduos têm

como terreno prático-sensível o espaço da cidade. Em outras palavras, mais e mais pessoas ao redor do mundo passam a experimentar um 'sensório urbano' (GOONEWARDENA, 2005) específico, majoritariamente formado por grandes cidades, que informa as percepções e concepções acerca das estruturas gerais de relações sociais e, ao mesmo tempo, opera como arena na qual práticas cotidianas são realizadas.

Por um lado, salientamos que a cidade cumpre um papel semelhante àquele da indústria, quando dos escritos de Lefebvre nos anos 1960 e 1970, na produção de um campo cego. Ela torna invisível àquilo que está além de seus limites, ainda que esses limites sejam cada vez mais embaçados e opacos. Ela se aproveita dessa invisibilidade para suprir seus imperativos *metabólicos* (água, energia, alimentos, etc.) e para transformar a natureza em processos que não devem permanecer sob os olhares de cidadãos, órgãos reguladores, movimentos sociais, sobretudo no que refere às práticas de extermínio da sócio e da biodiversidade. Ela concentra saberes hegemônicos e produz objetos e conceitos que colonizam e dão novos contornos a diferentes modos de vida e territórios não-citadinos – que os termos 'campo' ou 'rural', também relegados a funções ideológicas, não mais são capazes de descrever.

Por outro, compreendemos que não se trata de negar a cidade, mas sim de elaborar uma crítica ao *citadismo*, conforme desenvolvemos neste trabalho. Este não é um manifesto anti-cidade. Ao contrário, compreendemos o papel da cidade na civilização (moderna) como lócus privilegiado do poder, do excedente, da festa (MONTE-MÓR, 2004); como recipiente e produtora do adensamento da experiência humana desde sua gênese (SILVA, 2017) e da inovação (Jacobs, 1969). É justamente em função do privilégio da cidade enquanto espaço de vida e categoria analítica que surge a necessidade de interrogá-la considerando, entre outros fatores: a insistência na cidade como categoria vivida, concebida e percebida privilegiada; a produção de conhecimento cada vez mais centrada na cidade e nas suas demandas sócio-metabólicas; os efeitos do aprofundamento de um ambiente sensorial percebido citadista; os impactos potenciais das invisibilizações acima mencionadas – tal qual a celebração da cidade como possível solução da questão ambiental global (ver Angelo e Wachsmuth, 2018).

Essa é uma tentativa preliminar de construção de um conceito. Mais do que isso, de estímulo de um debate acerca da condição citadista contemporânea. Para avançar nessa agenda, identificamos algumas avaliações necessárias. Em primeiro lugar, avaliar conceitos de cidade distintos a partir de diferenças históricas e geográficas para entender como diferentes pesquisadores se aproximam desse 'objeto de estudo'. Em segundo lugar, será preciso identificar o que há de comum entre grande centros urbanos ao redor do mundo para saber *se é possível* –e, a partir daí, de que forma é possível – pensar no citadismo como um fenômeno global, cujas raízes, efeitos e articulações tenham validade pensando na cidade chinesa, europeia, brasileira, etc.

Em relação ao campo dos estudos urbanos brasileiros, encorajamos pesquisadoras e pesquisadores a ampliarem os trabalhos de campo e objetos de estudo possíveis, assumindo a urbanização extensiva não apenas como fator de complexificação da realidade urbana contemporânea, mas como fator de expansão do campo dos estudos urbanos. Chamamos a atenção para a necessidade de articulações entre cidade e não-cidade e para os conflitos políticos diretamente vinculados a sobrevivência das cidades com territorialidades que não coincidem com as mesmas. Essas são algumas das implicações da incorporação da crítica do citadismo.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, John. The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory. *Review of International Political Economy*, 1994.
- ANGELO, Hillary; WACHSMUTH, David. Urbanizing urban political ecology: A critique of methodological cityism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, n.1, 16-27, 2015.
- BRENNER, Neil. Is there a politics of 'urban' development? Reflections on the US case. In R. DILWORTH (ed.), *The city in American political development*, Routledge, New York, NY and London, 2009.
- BRENNER, Neil. Urban theory without an outside (14-30). In: Brenner N (ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014.
- BRENNER, Neil.; SCHMID, Christian. The 'urban age' in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, v.38, n.3, 731-755, 2014.
- BRENNER, Neil.; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v.19, n.2-3, 151-182, 2015.
- CASTRIOTA, Rodrigo. Urbanização planetária ou revolução urbana? De volta à hipótese da urbanização completa da sociedade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* v.18, n.3, 507-523, 2016.
- CASTRIOTA, Rodrigo; TONUCCI, João. Extended urbanization in and from Brazil. *Environment and Planning D: Society and Space* v36, n.3, 512-528, 2018.
- EKERS, M.; HAMEL, Pierre; KEIL, Roger. Governing suburbia: Modalities and mechanisms of suburban governance. In: Hamel, Pierre., & Keil, Roger. (Eds.). *Suburban governance: a global view*. University of Toronto Press, 2015.
- ESCOBAR, Arturo. After nature: steps to na antiessentialist political ecology. *Current Anthropology*, n. 40, 1999.
- GOONEWARDENA, Kanishka. The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics. *Antipode* v.37, n.1, 46-71, 2005.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, 115-147, 2008.
- HAMEL, Pierre.; KEIL, Roger. (Eds.). *Suburban governance: a global view*. University of Toronto Press, 2015.

- IBAÑEZ, D; KATSIKIS, N. Editorial (2-9). In D Ibañez and N Katsikis (eds) *New Geographies 06: Grounding Metabolism*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.
- KAIKA, Maria. *City of flows*. Routledge, New York, NY and London, 2005.
- KEIL, Roger. Progress report: urban political ecology. *Urban Geography*, 2003.
- KEIL, Roger. Transnational urban political ecology: health and infrastructure in the unbounded city. In G. Bridge and S. Watson (eds.), *The new Blackwell companion to the city*, Blackwell, Oxford, 2011.
- KEIL, Roger. Welcome to the Suburban Revolution. In: Keil, Roger. (ed) *Suburban constellations: governance, land and infrastructure in the 21st century*. Jovis verlag, 2013.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998;
- LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004 [1970].
- LEFEBVRE, Henri. *Critique of Everyday Life: Foundations for a Sociology of The Everyday*. Vol 2. London: Verso, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. Dissolving city, planetary metamorphosis. In: Brenner, Neil (ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, pp. 566-70, 2014 [1989].
- LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal lógica dialética*. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 1979.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Centauro Tradução de Rubens Eduardo Frias : São Paulo, 2001 [1974].
- LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Oxford, U.K.: Blackwell, 1991 [1974].
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012 – Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. In: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>, 2012. Acesso em: 21 de novembro de 2018.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. *Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia*. PhD Thesis. University of California Los Angeles, UCLA, 2004.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano no mundo contemporâneo? *Cadernos de Saúde Pública*, v.21, n.3, 942–48, 2005.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: Santos, Milton; Souza MA and Silveira ML (eds.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, pp.169–181, 1994.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. In: Costa, G.M., Costa, H.S.M and MonteMór, R.L. (eds). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. 1. ed. Belo Horizonte: C/Arte, pp. 55–70, 2015.

- MONTE-MÓR, Roberto Luís. Urbanization, Colonization and the Production of Regional Space in the Brazilian Amazon. In: *16th Sociedad Interamericana de Planificación*, San Juan, Puerto Rico, 1988.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís; CASTRIOTA, Rodrigo. Extended urbanization: implications for urban and regional theory. *Handbook on the Geographies of Regions and Territories*. Edward Elgar Publishing, 2018.
- NIETZSCHE, F. *Verdade e mentira no sentido extramoral*. Comum, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, 2001.
- PEAKE, Linda, et al. Placing planetary urbanization in other fields of vision. *Environment and Planning D: Society and Space*, v.36, n.3, 374-386, 2018.
- Portal G1. Cuba decide deixar programa Mais Médicos no Brasil e cita declarações ‘ameaçadoras’ de Bolsonaro. In: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/11/14/cuba-decide-deixar-programa-mais-medicos-no-brasil.ghtml>>, 2018. Acesso em: 21 de novembro de 2018.
- ROBINSON, Jennifer. Global and world cities: a view from off the map. *International Journal of Urban And Regional Research*, v.26, n.3, 531–554, 2002.
- ROY, Ananya. Governing the Postcolonial Suburbs, In Hamel, P., & Keil, R. (Eds.). *Suburban governance: a global view*. University of Toronto Press, 2015.
- SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP – espaço e tempo*, n. 32, 2012.
- SCHMID, Christian. *Die Produktion des Raumes: zum Raumkonzept von Henri Lefebvre*. Vortrag an der Sitzung des Arbeitskreises Geographie und Gesellschaftstheorie, 52. Deutscher Geographentag, Hamburg, 1999.
- SCHMID, Christian. Henri Lefebvre’s theory of the production of space: towards a threedimensional dialectic In: GOONEWARDENA, K., KIPFER, S., MILGROM, R., & SCHMID, C. (Eds.) *Space, difference, everyday life: reading Henri Lefebvre*. Routledge, 2008.
- SILVA, Harley. *Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira*, Tese de Doutorado, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.
- SWYNGEDOUW, E. The city as hybrid: on nature, society, and cyborg urbanization. *Capitalism Nature Socialism*, v.7,n.2, 65–80, 1996.
- SWYNGEDOUW, Erik. The city as hybrid: on nature, society, and cyborg urbanization. *Capitalism, Nature, Socialism*, 1996.
- UN-HABITAT. *State of the world’s cities 2006/2007: 30 years of shaping the Habitat agenda*. Earthscan, London, 2006.
- UN-HABITAT. *State of the world’s cities 2010/2011: bridging the urban divide*. Earthscan, London, 2011.
- UNFPA (United Nations Population Fund). *State of world population 2007: unleashing the potential of urban growth*. UNFPA, New York, 2007.

URBAN THEORY LAB (2015) Extreme territories of urbanization. Research report. Cambridge, MA: Urban Theory Lab, Graduate School of Design, Harvard University, 2015.

WACHSMUTH, David. City as ideology: reconciling the explosion of the city form with the tenacity of the city concept. *Environment and Planning D: Society and Space*, v.32,n.1, 75- 90, 2014.

WIMMER, Andreas e GLICK SCHILLER, Nina. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks*, 2002.